

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 01 de junho de 2001

Ano 3 Nº 60

Audiência Pública discute crise de energia elétrica

Até agosto Santa Catarina não terá que enfrentar o racionamento e nem sobretaxar os consumidores

Representantes da Gerasul, Ministério Público, OAB, Associação Catarinense dos Supermercadistas (Acats) e membros da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, que se reuniram nesta quarta-feira (30) para discutir a crise no abastecimento de energia elétrica, ouviram de Celso Leal, responsável pela distribuição de energia da Celesc, a garantia



Deputados acompanham situação energética

de que até agosto Santa Catarina não terá que enfrentar o racionamento e nem sobretaxar os consumidores que gastarem energia acima da média. Informou que o consumo catarinense de energia elétrica entre abril de 2000 e abril de 2001 teve um acréscimo de 10,7%. Neste mesmo período o número de consumidores da Celesc aumentou 4,49%. Leal reconheceu

que o setor precisa de investimentos para aumentar a oferta de energia elétrica.

O presidente da Comissão, deputado Jaime Duarte (PPS), defendeu a inclusão no Orçamento da União de verbas destinadas a novos investimentos em energia. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2002 não prevê recursos neste setor. O parlamentar defendeu, ainda, uma revi-



Celso Leal

são no processo de privatização de empresas de energia e abastecimento de água.

Ficou definido que haverá uma próxima audiência no dia 27 de junho, quando a Celesc irá apresentar um relatório sobre a evolução do consumo de energia elétrica no Estado. A empresa também comprometeu-se a divulgar informações básicas de economia para os consumidores.

Por sua vez, as Comissões de Defesa do Consumidor da AL e da OAB vão elaborar uma cartilha com esclarecimentos sobre as medidas adotadas pelo Governo e os direitos dos usuários. "O consumidor é vítima, e a ele não pode ser atribuída responsabilidade pela crise", afirmou Duarte.

CPE - Ainda quinta-feira (31) foi aprovado em Plenário requerimento do deputado Valmir Comin (PPB) para a instalação de uma Comissão Parlamentar Externa, composta de sete deputados, para acompanhar a situação energética no Estado. Segundo ele, é necessário que a Assembléia acompanhe mais de perto o desenrolar dos fatos, para saber exatamente qual a situação catarinense perante o contexto nacional.

CPI tem disque-denúncia

Já está à disposição do público o disque-denúncia da CPI da Sonegação Fiscal no Estado. Qualquer denúncia sobre sonegação, cobrança de propinas e tentativa de extorsão pode ser feita anonimamente pelo telefone:

0800 48-6464

em funcionamento no horário das 8 às 19 horas diariamente.

Instaladas três CPEs relativas ao Sul catarinense

Página 5

Funcionários da Agricultura recebem apoio da

AL

Página 6

OPINIÃO

Transporte alternativo e de qualidade



No dia 21 de maio, a Assembléia Legislativa promoveu um debate sobre a situação dos transportes escolares e de fretamento em Santa Catarina. Considerados alternativos, por não utilizarem trajeto fixo e diário, esses veículos atendem a uma parcela da população, na maioria estudantes, que não dispõe de recursos para o pagamento de passagens de ônibus, bem como a falta de itinerários. Não há como negar que, em muitos casos, esse tipo de transporte proporciona um serviço relevante em muitas comunidades.

De acordo com a Cooperativa de Transporte Alternativo de Passageiros do Estado de Santa Catarina (Cootrasc), que congrega 921 cooperados, cerca de 23 mil pessoas utilizam, diariamente, esse meio de transporte no Estado. Somente na região sul, são 114 cooperados com uma frota de 121 veículos utilitários. Além do custo relativamente baixo, os cooperados têm oferecido aos seus clientes segurança e qualidade no serviço rodoviário.

Por outro lado, a situação de muitos desses profissionais ainda não está regularizada, ou seja, boa parte trabalha na clandestinidade. Sem registro junto ao Deter (Departamento de Transportes e Terminais), não há como exercer a profissão de forma legal e sem o risco de apreensão dos veículos. Para se ter uma idéia da gravidade e da insegurança

desses transportadores, a Lei que rege o setor em Santa Catarina é de 1980, época em que não havia os veículos que hoje se encontram no mercado.

Recentemente, fui procurado por diretores da Cootrasc preocupados com a situação de seus cooperados e outros transportadores que se consideram prejudicados pelo Deter. Reclamaram também das dificuldades para obtenção do registro dos seus veículos.

Particularmente defendendo a fiscalização nas rodovias, mas também gostaria que a lei fosse revista e a profissão dessa categoria regulamentada. Não podemos é impedir o trabalho dessas pessoas dispostas a servir à população. É nosso dever e obrigação dar oportunidade de trabalho.

Por esse motivo, estou propondo a realização, no mês de junho, de uma audiência pública para debater o assunto. Precisamos encontrar meios que possibilitem o reconhecimento da categoria e ao mesmo tempo, o trabalho importante prestado pelo Deter. Como presidente da Comissão de Transportes da Assembléia, pretendo convidar representantes de várias cooperativas de transportes alternativos do Estado, diretores do Deter, representantes das empresas de transportes de passageiros e da secretaria dos Transportes. Quem sabe, a partir desse debate, poderemos preparar um projeto que contemple interesses mútuos, visando acima de tudo a qualidade do transporte de passageiros no Estado.

Deputado Moacir Sopelsa (PMDB)

Ética e modismo



Toda época tem seus modismos, incluindo palavras-chave. Há alguns anos, a palavra era "transparência", e hoje é "ética". Usada e abusada por muitos, inclusive por alguns políticos e partidos políticos, que na verdade parecem ter a patente da palavra – porque se apresentam como donos dela – a ética está no fio da navalha. Junto com a credibilidade, ela forma o binômio imprescindível de todos os políticos (aqueles, lógico, no mais exato e correto sentido da palavra).

Ocorre que ela tem sido usada em qualquer lugar e a qualquer hora, utilizada para justificar até as maiores baixarias, especialmente na política. Basta verificar os recentes acontecimentos envolvendo o Senado Federal, e as frequentes apaixonadas manifestações de alguns políticos. Ela é a palavra do momento e por isso, corre o sério risco de perder sua verdade, já que anda tão mal acompanhada ultimamente.

Um artigo veiculado há pouco tempo pela imprensa dizia que as próximas eleições deverão ser as mais difíceis dos últimos tempos. Não

tanto por uma eventual mudança nas regras eleitorais ou por excesso de candidatos disputando o mesmo espaço. Porém, mais pela postura cada vez mais seletiva do eleitor. A cada ano que passa, o eleitor brasileiro se afasta, mais e mais, do protótipo do cidadão que vota em qualquer um ou que troca seu voto por alguns tijolos ou telhas.

A exposição pela mídia de atos vergonhosos praticados por gente que o cidadão médio jamais imaginaria praticar trouxe certo desânimo e descrédito à população mas, ao mesmo tempo, tornou mais seletivo e valioso o voto. E muito, mas muito mais atento, o político. Hoje, o homem público sabe que está sob o foco atento da mídia, às vezes até em excesso, podendo jogar na mesma vala comum todos os políticos, os decentes e os pilantras.

O saldo, entretanto, é positivo, porque queremos uma sociedade cada vez melhor e políticos à altura dessa mesma sociedade. E aí é que entra a verdadeira ética. Não aquela que virou "propriedade" de alguns, mas a verdadeira, a que preconiza a decência, a correção e o respeito total e que deve ser vivenciada como rotina de todos nós. E essa palavra tem de ser resgatada, preservada e respeitada a qualquer custo.

Deputado Reno Caramori (PPB)

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)
1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PTB)
1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)
2º Secretário: Odete de Jesus (PL)
3º Secretário: Francisco de Assis (PT)
4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)
Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
Editoração e Diagramação: Noeli Livi, Stela Martins
Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas
Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves
Distribuição: Setor de Expedição
Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

Festa do pinhão é lançada na Assembléia

Dando prosseguimento ao projeto *Retratos de Santa Catarina*, foram lançadas na noite desta terça-feira (29), no hall da Assembléia, a 13ª Festa Nacional do Pinhão e a 9ª Sapecada da Canção, que acontecem de 8 a 17 de junho, em Lages. O evento marca a 2ª exposição da série idealizada pelo presidente Onofre Agostini (PFL), cujo objetivo é divulgar o potencial produtivo dos municípios, tanto na área artístico-cultural como no setor econômico.

Presentes ao lançamento o governador Esperidião Amin, o vice-governador Paulo Bauer, o prefeito de Lages Raimundo Colombo, além de diversos parlamentares, autoridades e convidados.

Na solenidade o Governador destacou a importância do projeto que “celebra a diversidade cultural do Estado, principalmente reabilitando figuras que simbolizam a origem do povo catarinense”. Comentou ainda que a preservação da gralha azul e o uso da pinha e do pinhão como figuras-símbolo da festa, são a maior homenagem do povo lageano ao meio ambiente. O evento contou ainda com a apresentação de grupos de danças da



Presidente Onofre recebe autoridades e comitiva lageana

tradição gaúcha e a degustação de pratos à base de pinhão.

O próximo município a se apresentar será Itapema, no dia 5 de junho, que trará esculturas e pinturas de artistas da região e pratos típicos que marcam a gastronomia local. Na abertura haverá apresentação de um coral formado por 150

crianças até 14 anos. A partir de 11 de junho será a vez de Pinheiro Preto mostrar seu potencial produtivo, que inclui embutidos, fruticultura e vinho, além da degustação e aulas sobre tipos e usos dos vinhos.

Projeto beneficia FCEE

O presidente Onofre Agostini (PFL) recebeu nesta quarta-feira (30) a presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), Marilda Todescat, que solicitou agilidade na votação do projeto de lei que permitirá regularizar a situação de 2.953 funcionários daquela fundação.

Segundo a diretora, os professores contratados temporariamente são qualificados para atuar na educação especial e a cada final de ano não sabem se voltarão no ano seguinte, porque os contratos vencem em dezembro, o que gera desgaste, além da instabilidade.

Foi aprovado nesta quinta-feira (31), o projeto que convalida as admissões, por imperativo de convênios entre a FCEE e as APAEs, feitas com base na lei complementar 128/94, por iniciativa do presidente.

Agostini é o autor do projeto que originou a lei que determina a aplicação em educação especial de 8% dos recursos destinados à educação.

Onofre pretende limpar a pauta antes do recesso

(foto Jonas Lemos Campos)

O presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL), reuniu esta semana os parlamentares para pedir empenho e agilidade na apreciação das 288 matérias que estão tramitando nas Comissões Técnicas da Casa, para que estas possam ser votadas em plenário antes do recesso parlamentar de julho. “Mostrei aos deputados a necessidade de se votar as matérias que estão em andamento. Precisamos buscar o entendimento para que isso possa acontecer”, comentou Agostini.

Adiantou, também, que estará realizando um levantamento para ver o que estaria dificultando o trâmite das matérias, já que segundo ele, são poucas as matérias a serem votadas e estas estariam paradas nas comissões. Onofre propôs ainda aos parlamentares, um mutirão para a “limpeza da pauta”, aceito por todos os



deputados presentes à reunião.

O presidente determinou ainda prazo de 30 dias para que a comissão que está elaborando o novo Regimento Interno, presidida pelo deputado Jaime Mantelli (PDT), conclua os trabalhos de correção de artigos e redação.

COMISSÕES

Pronaf atende 110 mil agricultores em SC

O programa disponibiliza dois tipos de créditos, o de custeio e o de investimentos, mas os pequenos agricultores dificilmente têm acesso a estes créditos devido à burocracia do sistema bancário, especialmente do Banco do Brasil.

O Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) atendeu durante o ano de 2000 mais de 110 mil agricultores em 289 municípios catarinenses, com créditos de R\$ 1,1 bilhão. No mesmo período foram investidos em infra-estrutura e serviços R\$ 30,6 milhões em 57 municípios. Em pesquisa, profissionalização e assistência foram gastos R\$ 11 milhões. A informação foi prestada na manhã desta terça-feira (29) pelo secretário executivo do Pronaf no Estado, Djalma Rogério Guimarães, durante reunião da Comissão de Agricultura.

Guimarães explicou aos deputados que o Pronaf tem como objetivo proporcionar apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento rural tendo como base o fortalecimento da agricultura familiar, bem como melhorar as condições de vida do

homem do campo, o aumento da produção agropecuária e a profissionalização dos agricultores e seus familiares.

O programa disponibiliza aos agricultores dois tipos de créditos: o de custeio e o de investimentos. Somente para a safra de 2000/01 de Santa Catarina, estão previstos créditos de R\$ 264,7 milhões para serem aplicados em custeio e R\$ 211,1 milhões para investimentos, totalizando cerca de 120 mil contratos.

Apesar dos recursos existentes, os pequenos agricultores catarinenses dificilmente têm acesso ao crédito, devido à burocracia do sistema bancário, espe-

cialmente do Banco do Brasil. Para superar este problema Guimarães sugeriu a criação pelo governo do Estado de um Fundo de Aval, sem ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Este fundo teria a participação do Governo com 1,5% e dos agricultores beneficiados com 1%. Outra opção seria criar uma linha de financiamento dentro do Prodec.

Agora os parlamentares integrantes da Comissão irão analisar a situação e propor um projeto para viabilizar o acesso dos pequenos agricultores do Estado aos créditos do Pronaf.

Usina Dona Francisca

A Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo deputado Reno Caramori (PPB) deseja esclarecimentos a respeito dos termos do contrato que alterou o já existente entre a Celesc e a Usina Hidrelétrica Dona Francisca Energética S.A. Assim, a CCJ aprovou em reunião nesta semana requerimento dos deputados João Henrique Blasi (PMDB), Ivan Ranzolin (PPB) e Jaime Duarte (PPS) convidando o coordenador do grupo de trabalho constituído pelo Executivo para tratar da remodelagem da Celesc, o departamento jurídico da empresa e o presidente da Usina Dona Francisca para na próxima terça-feira (5) comparecerem à Comissão.

Tramita na Comissão de Justiça Projeto de Lei nº 118/2001, de origem governamental, que autoriza a Celesc a alienar sua participação acionária no empreendimento denominado Dona Francisca Energética S.A. O total das ações é de R\$ 15 milhões.

Debate sobre taxas de sanidade animal

Uma grande audiência pública envolvendo criadores de suínos, bovinos, aves e equinos, além de cooperativas, organizações de trabalhadores na agricultura, órgãos governamentais do setor e produtores de leite vai colocar em debate no próximo dia 5, às 8h30min, no Plenarinho, os valores de taxas de sanidade animal praticados nos três estados sulinos.

Segundo o presidente da Comissão de Agricultura, deputado Clésio Salvaro

(PFL), os produtores e criadores querem saber os motivos que levam o Estado a cobrar um valor mais alto do que o Paraná e Rio Grande do Sul nas taxas de sanidade animal. Foram emitidos convites para representantes do Ministério da Agricultura, Ministério Público Estadual, Movimento Tradicionalista Gaúcho de Santa Catarina (MTG/SC), Cidasc, Federação de Agricultura de SC (Faesc) e das secretarias de Agricultura, Fazenda e Segurança Pública.

Relatório à CEE da Saúde Mental

A apresentação do relatório dos técnicos da coordenação de saúde mental da Secretaria da Saúde sobre o atendimento do setor em Santa Catarina, na tarde desta terça-feira (29), não agradou aos parlamentares da Comissão Especial Externa (CEE) da Saúde Mental. Tanto o presidente da Comissão, deputado Jaime Duarte (PPS), como os deputados Volnei Morastoni (PT), relator, e Antonio Aguiar (PFL) pediram à equipe que complementasse o trabalho com dados mais específicos por município, e não por macrorregiões como foi realizado.

Segundo o relatório, de maneira preliminar, já que muitos dados ainda não

foram computados, o Estado dispõe de 502 leitos destinados à psiquiatria em hospitais. O número médio de atendimento por mês chega a 6.364, sendo que apenas 9,41% das macrorregionais possuem educação continuada, reciclagem e capacitação de recursos humanos na área. A maioria das regiões do Estado não possui ações de saúde mental nos municípios e o número de encaminhamento de doentes aos hospitais especializados supera ao de consultas realizadas por psiquiatras. Como já era do conhecimento da CEE, a Grande Florianópolis ocupa a liderança nos serviços de saúde mental em Santa Catarina.

COMISSÕES

Assembléia debate ICMS ecológico

Com o objetivo de conhecer e aprofundar o conteúdo das propostas que tratam da implantação no ICMS ecológico, a Comissão de Finanças, presidida pelo deputado Afrânio Boppré (PT), realizou nesta quarta-feira (30) uma audiência pública. O secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, João Macagnan, apresentou o anteprojeto que está sendo elaborado pela sua pasta.

O Secretário informou que o ICMS ecológico tem como finalidades estimular a adoção pelos municípios de iniciativas de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável e beneficiar os que possuem áreas protegidas em seu território.

No anteprojeto, em elaboração, o valor relativo ao fator ambiental será assim rateado:

40% para os municípios que tenham sistema de saneamento; 25% para os que abriguem unidades de conservação; 25% para os que possuam mananciais de abastecimento e 10% para os que executem programas de educação ambiental.

Vale dizer que estão em tramitação no Legislativo três projetos de lei que tratam deste assunto de autoria dos deputados Francisco de Assis (PT), Lício Mauro da Silveira (PPB) e Rogério Mendonça (PMDB), e uma emenda constitucional de Jaime Duarte (PPS), aprovada em sua admissibilidade esta semana.

Ao final do encontro ficou decidido que as propostas serão unificadas e que dentro dos próximos dias será marcada uma reunião conjunta das Comissões de Finanças e Meio Ambiente.

CPI intensifica atividades

A CPI que investiga casos de sonegação fiscal em Santa Catarina, presidida pela deputada Ideli Salvatti (PT) intensificou nesta semana suas atividades. Do dia 29 a 31 foram tomados quatro depoimentos de fiscais da secretaria da Fazenda envolvidos em casos de irregularidades na transferência de créditos tributários, proprietários e sócios de empresas acusados de sonegação.

Entre todos os depoimentos desta semana destacou-se o de Benito Carlos Duarte, ex-sócio da Multipac de São José, que confirmou todo o esquema utilizado pela empresa para sonegar mais de R\$ 2 milhões em créditos tributários estaduais. Ele contou que ao se tornar sócio da Multipac, em final de 1995 escriturava pessoalmente as notas fiscais sempre em valores abaixo do que constavam nos documentos tributários, como

ocorria antes de assumir suas funções.

Revelou que o sócio majoritário da Multipac, João Soares Melo havia lhe comunicado que o fiscal Joedi Dall deveria receber R\$ 40 mil para não notificar a empresa por sonegação fiscal. Disse também que os fiscais Luiz Grassia e Maria Luzia Karasec Rochas receberam respectivamente R\$ 5 mil e R\$ 20 mil.

Segundo Duarte, todos os cheques relativos ao pagamento do suborno, bem como o dinheiro foram entregues ao contador Osni Santos Filho, responsável pelo pagamento aos fiscais.

Contraditório - Porém, Osni Santos Filho, que prestou depoimento em seguida, negou todas as informações de Benito Duarte, mas declarou conhecer pessoalmente os fiscais da Fazenda citados. Desmentiu



Mesa dos trabalhos

(foto Giancarlo Borriuzzi)

CPE'S

Barragem do Rio São Bento

O deputado Valmir Comin (PPB) presidirá a Comissão Parlamentar Externa (CPE), instalada nesta semana na Assembléia para acompanhar o desenvolvimento das obras da Barragem do Rio São Bento. O relator será o deputado Ronaldo Benedet (PMDB). Inicia-se agora elaboração do cronograma de trabalho a ser apresentado na próxima semana, aos demais membros.

Aeroporto Regional Sul

Também em funcionamento a CPE do Aeroporto Regional Sul que tem como presidente o deputado Clésio Salvaro (PFL) e como relator o deputado José Paulo Serafim (PT). A primeira ação, ainda esta semana, será ouvir a Secretaria do Transporte e Obras e o Departamento de Aviação Civil (DAC), a respeito das alternativas de localização para a construção do referido aeroporto.

Criminalidade no Sul

Instalou também CPE para investigar o aumento do índice de criminalidade na região Sul do Estado, em especial no município de Criciúma. O deputado Ronaldo Benedet (PMDB), que requereu a formação da Comissão foi indicado presidente, e como relator o petista José Paulo Serafim. Os demais integrantes da CPE são os deputados Júlio Garcia, líder da bancada do PFL e Valmir Comin (PPB).

também ter recebido cheques e dinheiro da Multipac para pagar as propinas.

A fiscal Maria Luzia Karasec Rocha dizendo-se inocente, alegou com base na legislação em vigor, que não iria responder

a nenhuma pergunta sobre o caso da Multipac, argumentando que suas respostas poderiam incriminá-la, uma vez que está respondendo a dois processos, um administrativo e outro criminal.

PLENÁRIO

Servidores pedem reajuste na Assembléia

Os servidores da Secretaria de Agricultura e seus órgãos, Cidasc e Epagri, lotaram as galerias do Plenário nesta quarta-feira (30) para pedir apoio dos parlamentares na luta por reajuste salarial e abertura de negociações com o governo do Estado.

Deputados ocuparam a tribuna para elogiar o trabalho da categoria na assistência técnica, extensão rural e pesquisa agrícola,

fazendo de Santa Catarina destaque nacional no setor. Ex-funcionário da Acaresc e ex-presidente da Epagri, o deputado Rogério Mendonça (PMDB) questionou o governo sobre a destinação da arrecadação, já que no ano 2000 o tesouro estadual arrecadou R\$ 2, 7 bilhões. "O governo só pensa em privatizar e terceirizar os serviços. Aonde estão indo esses recursos, pois em abril deste ano a arrecadação chegou a R\$ 277 milhões".

Reconhecendo a perda da classe, pois o mesmo ocorre na educação, saúde e segurança, o deputado Nelson Goetten (PPB) frisou que o Executivo age com responsabilidade, já que assumiu o pagamento dos salários atrasados e devolveu o crédito externo e interno ao Estado. O líder do PFL,



Funcionários da Agricultura no Plenário

deputado Júlio Garcia, enfatizou que o trabalhador vem sendo prejudicado em nome da estabilidade do Plano Real. Gelson Sorgato (PMDB) alegou que uma parte do aumento da receita deve ser revertida para reajuste de vencimentos do funcionalismo público estadual enquanto Moacir Sopelsa (PMDB) lembrou que há muitos anos não há contratação de técnicos para amparar o homem do campo.

Manifesto - Já o deputado Afrânio Boppré (PT) leu da tribuna manifesto da categoria que está sem reajuste há seis anos e, segundo o Dieese, a defasagem salarial chega a 49, 57%. "Os servidores continuam exercendo suas obrigações funcionais, o governador elogia o trabalho mas não abre negociações e partiu para o confronto", afirmou.

Subvenção social aos CTGs

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Os parlamentares aprovaram projeto de lei de autoria do deputado Sandro Tarzan (PTB) que autoriza o Poder Executivo e a Assembléia a repassar subvenção social aos Centros de Tradição Gaúcha (CTGs) e respectivos piquetes filiados, instituições de caráter privado e sem fins lucrativos que desenvolvem atividades concernentes à preservação das tradições culturais.

Tarzan lembra que estas entidades promovem o entretenimento ligado às tradições e hábitos da população e o desenvolvimento da agropecuária.



Mantido veto

Os deputados acataram o veto total apostado pelo governador ao Projeto de Lei nº 267/00, de autoria do deputado Milton Sander (PPB), que estabelece linha de correlação no âmbito da extinta Secretaria dos Negócios do Oeste para efeitos da aplicação da Lei Complementar nº 83, de 18 de março de 1993.

O projeto vetado criava equiparação salarial para cargos comissionados e funções gratificadas da extinta Secretaria implicando em aumento de remuneração. A razão do veto é a inconstitucionalidade, uma vez que matéria que implica em aumento de despesas é de exclusiva competência do governador, de acordo com o artigo 50 da Constituição Estadual.

Nova emenda constitucional

Foi apresentado pelo deputado Heitor Sché (PFL) a proposta de emenda constitucional nº 05/01, que retira do artigo 42, parágrafo 3º, da Constituição Estadual, a expressão "por voto secreto", nos casos de votação de licença para processar parlamentares autuados em flagrante por crimes inafiançáveis. A emenda, segundo o autor, complementa a proposta já existente que prevê o fim do voto secreto para a eleição de membros do Tribunal de Contas, destituição de procurador geral de Justiça, processo de cassação dos deputados e apreciação de vetos do governador.

A emenda está na Comissão de Constituição e Justiça e será relatada pelo deputado Joares Ponticelli (PPB). O prazo é de 15 dias prorrogáveis por mais 15, para que seja votada sua admissibilidade, e em seguida irá a Plenário. Após voltar para a Comissão de Justiça para análise do mérito com prazo de 40 dias. Os parlamentares têm período de 10 dias para a apresentação de subemendas. A proposta de emenda constitucional terá quer ser aprovada em dois turnos, com interstício de cinco sessões, até o dia 17 de agosto.

Pai no momento do parto

O Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher, comemorado nesta segunda-feira (28), foi marcado pela apresentação de um projeto de autoria dos deputados Ideli Salvati e Volnei Morastoni, ambos do PT. O projeto garante a presença do pai, como acompanhante da mulher, no momento do parto, em todos os hospitais, tanto da rede pública como da particular. Segundo a parlamentar, o projeto vem sendo amadurecido desde o início do ano com a colaboração de representantes da ReHuNa – Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento. “Desde que a mulher deseje, ela terá garantido a companhia do pai no nascimento do filho”, enfatizou.

Declaração de bens na Internet

Os deputados catarinenses poderão ter suas declarações de bens divulgadas na Internet. O projeto de lei foi apresentado pelo deputado Afrânio Boppré (PT). Caso seja aprovado, os deputados deverão enviar anualmente declaração de bens à Mesa, que terá a missão de divulgá-las na página oficial da Casa na Internet. Atualmente o parlamentar deve apresentar administrativamente a declaração de bens no início e no término do mandato.

A matéria, segundo o autor, tem o propósito de ampliar o grau de transparência no Poder, enfatizando que “sua perda de credibilidade nos últimos anos exige iniciativas que devolvam a confiabilidade da população”.

Catadores de papel

O deputado Francisco de Assis (PT) requer ao prefeito, ao presidente da Câmara de Vereadores e ao presidente do Sindicato Varejista de São Miguel do Oeste que tomem medidas para impedir que os catadores de papel daquele município sejam obrigados a pagar “mensalidades” para recolher papelão em lojas do centro da cidade.

O deputado defende que “o trabalho de catar papel e outros materiais aponta na direção de uma nova sociedade, sendo um caminho alternativo de uma economia informal, baseada no aproveitamento daquilo que é desperdiçado pela sociedade de consumo. Trata-se de uma nova ecologia que traz a possibilidade de repensar hábitos consumistas. É necessário apoiarmos os catadores de papel e não de os explorarmos”.

Doenças com risco de vida

Projeto de lei que obriga os laboratórios do Estado a notificar os médicos de pacientes do SUS sobre resultados de exames que comprovem doenças com risco de vida foi apresentado pelo deputado César Souza (PFL). Desta forma os médicos notificados se encarregarão, por meio da instituição onde foi atendido o paciente, de convocá-lo para ser informado sobre o diagnóstico e prognóstico.

Em sua justificativa, o deputado explicou que “não raro, pacientes do SUS portadores de graves doenças que implicam em risco de vida, deixam de buscar os resultados dos seus exames laboratoriais. Transferindo aos médicos a responsabilidade de alertá-los sobre os riscos, certamente estaremos contribuindo para melhoria da expectativa de vida da população”, disse.

Proposições

Deputados Adelor Vieira, Ronaldo Benedit (PMDB) e Francisco de Assis (PT) ao governador e ao secretário dos Transportes e Obras, sugerindo a inclusão da rodovia SC-437, que liga Laguna a Imaruí, no Programa Rodoviário BID IV.

Deputado Onofre Agostini (PFL) requer a realização de sessão solene em comemoração ao episódio do Contestado, em data e horário a serem previamente marcados.

Deputado Reno Caramori (PPB) ao ministro dos Transportes e ao chefe do DNER/SC, pede medidas urgentes visando à execução dos serviços de manutenção e conservação da rodovia BR-116, trecho Curitiba a Santa Cecília.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao secretário da Saúde pedindo a inclusão do Hospital Regional do Alto Vale do Itajaí no Programa Integradas.

Deputado Antônio Aguiar (PFL) à secretária da Educação solicitando a liberação de recursos financeiros para reforma e ampliação da Escola Estadual Estanislau Schumann, de Bela Vista do Toldo.

Deputado Moacir Sopelsa (PMDB) ao governador e ao secretário da Saúde, pedindo o reconhecimento do Hospital São Francisco, de Concórdia, como centro de referência macrorregional de saúde para procedimentos de alta complexidade dos serviços ortopedia.

Deputada Ideli Salvatti (PT) ao governador do Estado, solicita o encaminhamento da relação dos convênios firmados entre a Casan e o Funasa no período de 1996 a 2001 detalhando valores e demais itens.

Deputado Manoel Mota (PMDB) solicita a realização de sessão solene no dia 13 de agosto para homenagear o professor David Ferreira Lima, recentemente falecido, pelo relevante trabalho prestado junto à UFSC.

Deputado Heitor Sché (PFL) ao governador e ao secretário dos Transportes e Obras, solicitando recuperação da rodovia SC-422, no trecho Taió/Salete, e inclusão no Plano Rodoviário Estadual de Pavimentação do trecho que liga a BR-470 à BR-116.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao governador do Estado, solicitando a liberação de recursos para Barra Velha em função das recentes ressacas, que resultaram em danos materiais e ambientais.

Deputado João Rosa (PTB) ao governador do Estado, pedindo que viabilize junto ao órgão responsável a instalação de telefonia celular no município de Ponte Alta.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB) indicação ao governador do Estado e ao reitor da Udesc, solicitando providências para a implementação da gratuidade no curso de Pedagogia na Udesc, modalidade à distância.

Deputado Jaime Mantelli (PDT) ao governador do Estado, pedindo o fornecimento de todos os documentos e atos referentes à gratificação de 2,5 soldos, que os oficiais da PM vem recebendo desde dezembro do ano 2000.

Deputado José Paulo Serafim (PT) ao governador e ao secretário da Segurança Pública, requerendo a reabertura da delegacia de polícia do distrito de Estação Cocal, em Morro da Fumaça.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Tubarão, cumprimentando pelo aniversário de fundação do município, comemorado em 27 de maio.

Deputado Júlio Garcia (PFL) à direção e funcionários da Rádio Fundação Marconi, de Urussanga, cumprimentando pela passagem dos 50 anos de fundação daquela emissora.

Deputado João Henrique Blasi (PMDB) ao governador pedindo explicações sobre o Decreto nº 1.072/2000 que excluiu do Plano Rodoviário Estadual a rodovia SC-412, trecho BR-101, Porto Belo divisa com Bombinhas.

GERAL

V Conferência da Unale

O deputado Gilmar Knaesel (PPB) retornou da *V Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais* reeleito como líder da Diretoria Regional Sul da Unale, entidade integrada pelos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul, que continuam sendo representados no Brasil e no exterior pelo deputado catarinense. Nesta conferência, realizada na cidade do Rio de Janeiro, a Unale elegeu sua nova

diretoria, ficando com o deputado Jaime Mantelli (PDT) a função de conselheiro fiscal.

Participaram também do encontro os deputados Ivan Ranzolin (PPB), João Henrique Blasi (PMDB) e Odete de Jesus (PL). O evento reuniu representantes das 26 Assembleias Legislativas do país, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e delegações estrangeiras dos Estados Unidos, Equador, El Salvador e Canadá.

Escola do Legislativo

Acontece nesta sexta-feira em Joaçaba, o *I Ciclo de Debates do Legislativo Municipal*, promovido pela Escola do Legislativo da Assembléia, presidida pelo deputado Gilmar Knaesel (PPB). Esta etapa será direcionada a vereadores e funcionários das Câmaras de toda a região do Vale do Rio do Peixe, com debates da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), considerada a base para a elaboração do orçamento.

A Interlegis, rede nacional que integra através da Internet as Câmaras de Vereadores, Assembleias, Câmara de Deputados e Senado também será discutida no ciclo de debates. O objetivo é ensinar a integrar a rede e tirar o melhor proveito possível da Interlegis, estreitando a distância entre os municípios e as demais instâncias da administração e do Poder Legislativo em todo país.

Ao todo serão nove reuniões em municípios-pólo de Santa Catarina. Durante o mês de junho a Escola do Legislativo passará no dia 6 por Chapécó, Canoinhas (7), Joinville (8), Florianópolis (18), Curitiba (21), Criciúma (22), Rio do Sul (28) e Blumenau (29).

Pedrini lança livro de crônicas

A Assembléia recebeu nesta quarta-feira (30) convidados de várias regiões do Estado que prestigiaram o lançamento do livro *Pedra Lisa – Como tudo aconteceu*, de seu ex-deputado e ex-presidente, Nelson Pedrini.

São 111 crônicas políticas que relatam fatos ocorridos de 1958 até os dias atuais, onde o ex-parlamentar atuou como agente político, seja de forma direta ou apenas através de fatos presenciados. Pedrini, que completou 66 anos este mês, trabalha na assessoria especial do governador Esperidião Amin.

O nome do livro é uma homenagem à comunidade de Pedra Lisa, hoje município

de Catanduvas, na região Meio Oeste, mas que em 1958 era distrito de Joaçaba. Quando da sua primeira candidatura a vereador, Nelson Pedrini obteve numa das urnas de Pedra Lisa um total de 107 dos 110 votos que lá estavam depositados na urna. "Foi ali que tudo começou", afirmou. A obra, que faz uma viagem no tempo, ao longo de 43 anos, fala de sua vida em Joaçaba – sua cidade natal, a vida acadêmica em Porto Alegre e sua participação em fatos polêmicos da política catarinense. "Posso dizer que 95% do livro são momentos que minha memória reteve. Momentos esses que fazem parte da história política de Santa Catarina".

Agenda

Dia 4, a partir das 9h – A Comissão de Saúde promoverá durante todo o dia audiência pública para debater alternativas de preservação do Meio Ambiente em Santa Catarina, em comemoração à Semana do Meio Ambiente.

Local: Plenário

Dia 5, às 9h – Audiência pública para discutir a respeito do Projeto nº 4.147 – Câmara Federal, que estabelece normas e diretrizes para o setor de saneamento.

Local: Plenário

Dia 5, às 8h30min. - A Comissão de Agricultura promove audiência pública para debater a respeito da taxa de sanidade de produtos de origem animal.

Local: Sala das Comissões

Dia 5, às 14h – Lançamento do Boletim informativo sobre Transgênicos.

Local: Plenarinho

Dia 5, às 19h30min. – Projeto *Retratos de Santa Catarina* com exposição do município de Itapema.

Local: Hall da Alesec

Dia 6, a partir das 9h30min. - Depoimentos à CPI da Sonegação de João Soares Melo, sócio da Multiplac, Vanderlei Pires de Lima, fiscal e de representantes do Tribunal de Justiça.

Local: Sala da CPI

Dia 6, às 20h – Lançamento do livro *Versão Provisória da Lenda do Santinho*, de Paulo de Medeiros Vieira.

Local: Hall da Alesec

Dia 6, às 10h - Reunião da Comissão do Mercosul.

Local: Plenarinho

Dia 7, às 9h – Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos sobre duplicação da BR-101 e comunidade indígena.

Local: Centro de Convivência do Morro dos Cavalos, em Palhoça